



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE  
PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DO CURSO DE DIREITO  
EDITAL PR/RN-ESTÁGIO 01/2011

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

1. Ao receber o caderno de provas e as folhas de respostas, **preencha os campos de identificação do candidato.**
2. Quando autorizado pelo fiscal da sala, **confira** se o caderno contém: a) 40 (quarenta) questões objetivas corretamente numeradas de 1 a 40 e distribuídas da seguinte forma: 8 questões de Direito Constitucional, 5 questões de Direito Administrativo, 3 questões de Direito Civil, 8 questões de Direito Processual Civil, 8 questões de Direito Penal, 8 questões de Direito Processual Penal; b) 01 (uma) questão subjetiva, que deverá ser respondida em folha(s) específica(s) e sem limite de linhas.
3. Antes de iniciar a prova, confira o caderno. Caso esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição. **Reclamações posteriores não serão aceitas.**
4. Não será permitida consulta a qualquer tipo de texto, nem empréstimo ou comunicação entre os candidatos durante a realização das provas.
5. **A duração da prova é de 5 (cinco) horas, das 8:00 às 13:00h**, não prorrogável, incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento das respostas.
6. Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e **entregue o caderno de provas e as folhas de respostas das provas objetiva e subjetiva.**
7. O não atendimento a qualquer uma das determinações constantes do edital, caderno de provas ou orientações passadas durante o exame poderá implicar na eliminação do candidato.
8. A divulgação do gabarito e os prazos para interposição de recursos estão previstos no edital do concurso.

BOA PROVA!

1. CPF

2. INSTITUIÇÃO DE ENSINO

3. NOME

**TIPO 2**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE  
PROCESSO SELETIVO 2011 PARA ESTAGIÁRIO DO CURSO DE DIREITO

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Questões 01 a 08 (8 questões)**

1. Não está assegurado pelo art. 5º da Constituição Federal de 1988:
- O direito de exercer as profissões correlatas à sua formação educacional superior, inclusive não se submetendo a exame prévio de qualificação/habilitação, ainda que este último esteja previsto em lei;
  - O direito do jornalista não ser obrigado a revelar quem lhe repassou informações divulgadas em matéria por ele elaborada, ainda que tenha obtido provas acerca da autoria de crime e seja necessária a inquirição do responsável pela sua descoberta;
  - A possibilidade de o Estado, por ordem judicial, interceptar mensagens eletrônicas para fins de instrução processual penal;
  - O direito do cidadão de se opor à violação da sua casa, que poderá ser excepcionado em situação de desastre ou de prestação de socorro.
2. De acordo com o art. 7º da Constituição Federal de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, salvo:
- o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
  - nos termos da lei, participação na gestão da empresa;
  - a irredutibilidade do salário, que, todavia, poderá ser excepcionada em convenção ou acordo coletivo;
  - duração do trabalho normal de 44 horas semanais e, no máximo, jornada normal de 10 horas diárias.
3. É correto afirmar:
- que serão sempre atribuídos aos portugueses com residência permanente no País os direitos inerentes ao brasileiro;
  - que será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver sua naturalização cancelada por ato do Ministro da Justiça, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;
  - que os cargos da carreira diplomática só podem ser exercidos por brasileiros, ainda que naturalizados;
  - que o cargo de Ministro de Estado é privativo para brasileiros natos.
4. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão pode se dar nos casos de:
- incapacidade civil absoluta;
  - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
  - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do artigo 5º, VIII;
  - improbidade administrativa, nos termos do artigo 37, § 4º.
- A propósito das assertivas acima:
- apenas o item I está incorreto;
  - apenas os itens I a III estão corretos;
  - apenas os itens II e IV estão corretos;
  - todos os itens estão corretos.
5. É correto afirmar que:
- lei complementar à Constituição Federal poderá autorizar os Estados a legislar sobre registros públicos, desde que aquela delimite a questão a ser especificamente regulada;
  - atualmente, o desmembramento de Município pode ser efetivado, bastando que o ato se dê por lei estadual aprovada após consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos;
  - as áreas nas ilhas oceânicas e costeiras são sempre bens da União, a quem caberá autorizar a utilização por particular;
  - as ilhas lacustres estarão sempre incluídas entre os bens dos Estados.
6. Acerca da intervenção, é incorreto afirmar que:
- A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;
  - A União nunca poderá intervir em município.
  - A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para reorganizar as finanças destes últimos, caso deixem, dentro dos prazos legais, de entregar aos Municípios receitas tributárias, desde que estas estejam fixadas na Constituição Federal;
  - A representação para a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal para garantir a observância da autonomia municipal cabe ao Procurador-Geral da República;

7. **É correto dizer que:**

- a) A função de corregedor do Conselho Nacional do Ministério Público pode ser exercida por eleição dentre todos os seus membros;
- b) O Procurador-Geral da República indicará ao Senado Federal os membros do CNMP representantes dos Ministérios Públicos dos Estados;
- c) A colocação em disponibilidade de membro do Ministério Público só pode ser efetivada após o trânsito em julgado de decisão judicial, a qual deve ser proposta após a indicação da aplicação da medida pelo respectivo Conselho Nacional (CNMP);
- d) O Conselho Nacional do Ministério Público pode, de ofício ou mediante provocação, rever os processos disciplinares de membros do Ministério Público, desde tenham sido julgados há menos de 01 (um) ano.

8. **Acerca dos princípios e regras interpretativas das normas constitucionais, considere as seguintes assertivas:**

I – do efeito integrador: na resolução dos problemas jurídico-constitucionais, deverá ser dada maior primazia aos critérios favorecedores da integração política e social, bem como ao reforço da unidade política;

II – da concordância prática ou da harmonização: os órgãos encarregados da interpretação da norma constitucional não poderão chegar a uma posição que subverta, altere ou perturbe o esquema organizatório-funcional constitucionalmente estabelecido pelo legislador constituinte originário;

III – da máxima efetividade ou da eficiência: a uma norma constitucional deve ser atribuído o sentido que maior eficácia lhe conceda. Consequentemente, todas as normas constitucionais tem validade, não cabendo ao intérprete optar por umas em detrimento total do valor de outras.

**Pode-se dizer que:**

- a) os itens I e III estão corretos;
- b) os itens II e III estão corretos;
- c) todos os itens estão corretos;
- d) todos os itens estão incorretos.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**  
**Questões 09 a 13 (5 questões)**

9. **Das hipóteses abaixo, assinale aquela que não corresponde a uma hipótese de dispensa de licitação:**

- a) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa comprometer a segurança de obras, alcançando somente os meios necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade;
- b) quando não houverem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;
- c) quando o valor da obra ou serviço de engenharia, não configurando hipótese de fracionamento de objeto, for de até 10% do limite previsto para a modalidade convite (para obras e serviços de engenharia);
- d) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

10. **Assinale a alternativa incorreta:**

- a) a aprovação das contas perante a Corte de Contas impede a condenação do agente com base na LIA;
- b) entidade privada que recebe verba da União para o desempenho de atividade de interesse público pode ser sujeito passivo de ato de improbidade administrativa;
- c) em se tratando de improbidade administrativa praticada por prefeito municipal, o prazo para a propositura da ação que tenha por objeto a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa (LIA) se encerra

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE  
PROCESSO SELETIVO 2011 PARA ESTAGIÁRIO DO CURSO DE DIREITO

05 (cinco) anos após o término do exercício do mandato;

d) na hipótese de reeleição do prefeito municipal que pratica ato de improbidade administrativa no curso do primeiro mandato, a contagem do prazo para a propositura da ação visando a aplicação das sanções previstas na LIA só começará ao término do segundo mandato.

**11. Ainda sobre improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:**

a) em todos os tipos de atos de improbidade administrativa, há necessidade de demonstração de dolo;

b) O Ministério Público é o único legitimado para a ação que tenha por objeto a aplicação das sanções previstas na LIA;

c) as sanções pecuniárias previstas na LIA (Lei de Improbidade Administrativa) alcançam o patrimônio dos sucessores do agente ímprobo falecido, respeitado o limite do valor da herança;

d) não pratica improbidade administrativa o ocupante de cargo público que, no exercício do cargo, adquire bem para seu filho cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.

**12. Acerca da denominada Lei do Processo Administrativo Federal (Lei n.º 9.784/99), é correto afirmar:**

a) alguns atos podem ser alvo de delegação, tais como a edição de atos de caráter normativo e de decisão quanto a recursos administrativos;

b) como regra, é permitida a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior;

c) é vedada a aplicação retroativa de nova interpretação dada a norma administrativa;

d) se requerimento formulado por interessado não estiver embasado com toda a documentação cabível ao seu deferimento, o servidor público deverá recusar o seu protocolo.

**13. Das hipóteses abaixo, qual delas não dá ensejo a alteração nos prazos de conclusão de contratos administrativos:**

a) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

b) ordem dada pela Administração para a interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, independentemente de a quem a medida gere

c) alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

d) atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato.

**DIREITO CIVIL**

**Questões 14 a 16 (3 questões)**

**14. Quanto ao domicílio, é falso afirmar que:**

a) o domicílio da União é o Distrito Federal;

b) em se tratando de pessoa jurídica com estabelecimentos em vários locais, qualquer deles será considerado domicílio, independentemente de onde tenha sido a prática do ato;

c) o domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo;

d) o lugar onde as relações concernentes à profissão da pessoa natural são exercidas também pode ser considerado seu domicílio, ainda que nele não resida.

**15. Quanto ao direito de propriedade, julgue as assertivas a seguir:**

I - O proprietário pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante, não lhe sendo devido o pagamento de indenização;

II - A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, não podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas, por terceiros, a uma altura ou profundidade tais, que não tenha ele interesse legítimo em impedi-las;

III - O proprietário do solo tem o direito de explorar os recursos minerais de emprego imediato na construção civil, desde que não submetidos a transformação industrial, obedecido o disposto em lei especial.

a) os itens I e III estão corretos;

b) apenas o item II está correto;

c) o item II está correto;

d) todos os itens estão corretos.

**16. Quanto à responsabilidade civil ambiental, julgue as seguintes assertivas:**

I - A responsabilidade pela recomposição da vegetação em áreas de preservação permanente ou reserva legal é imposta ao proprietário ou possuidor da gleba, mesmo sendo um terceiro o autor do desmatamento, uma vez que a obrigação de preservação possui caráter real (propter rem);

II - A operacionalidade do princípio do poluidor-pagador implica adoção de alguns aspectos do regime jurídico da responsabilidade civil, como a modalidade objetiva e prioridade da reparação específica do dano;

III - O princípio do usuário-pagador consubstancia-se num mecanismo de assunção partilhada da responsabilidade social pelos custos ambientais derivados da atividade econômica.

- a) o item I está incorreto;
- b) os itens I e II estão corretos;
- c) marque esta alternativa se você julgar que há mais de uma resposta correta para esta questão;
- d) todos os itens estão corretos.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**Questões 17 a 24 (8 questões)**

**17. Em 06/09/2011, Dr. Paulo Sérgio, procurador da República, recebeu em seu gabinete das mãos de servidor do órgão um processo em que o juiz prolatou sentença indeferindo os pedidos de uma ação civil pública por ato improbidade administrativa por ele proposta. Os autos, no entanto, deram entrada na Procuradoria da República no dia 05/09/2011. O prazo para Dr. Paulo apelar desta sentença será (vide calendário constante da folha final):**

- a) 21/09/2011;
- b) 05/10/2011;
- c) 22/09/2011;
- d) 20/09/2011.

**18. Marque a alternativa incorreta:**

- a) em se tratando de ação visando a aplicação das sanções pela prática de ato de improbidade administrativa, a ausência de contestação permitirá o julgamento antecipado da lide, presumindo-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor;
- b) se um dos réus contestar a ação, não poderá haver presunção de veracidade dos fatos em relação a outro corréu revel;

c) se o advogado de Kleber, réu em ação de ressarcimento de dano ao erário, morre às vésperas da audiência de instrução e julgamento e Kleber, intimado para a constituição de novo mandatário, nada o faz, o processo seguirá à revelia de Kleber;

d) se o réu, apesar de revel, constitui advogado e intervém no processo, passará, a partir de então, a ser normalmente intimado dos atos.

**19. Marque a alternativa incorreta:**

a) considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada;

b) não se afigura necessária a intimação do órgão de representação judicial do ente ao qual a autoridade coatora seja vinculada, salvo a partir da prolação da sentença;

c) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça;

d) a competência para processar e julgar o mandado de segurança recairá sobre o Juízo do local de domicílio funcional da autoridade coatora.

**20. Assinale a alternativa correta:**

a) o agravo retido não será conhecido se não houver a comprovação do seu preparo;

b) não mais se afigura necessário, para fins de conhecimento, o pedido de apreciação do agravo retido quando das razões (ou resposta) de apelação;

c) se a ação civil pública por ato de improbidade administrativa é rejeitada apenas em face de alguns dos réus, o recurso cabível para impugnar a decisão é o agravo de instrumento;

d) se o juiz, em audiência, profere decisão interlocutória, o recurso para impugnar a decisão, necessariamente, será o agravo retido.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE  
PROCESSO SELETIVO 2011 PARA ESTAGIÁRIO DO CURSO DE DIREITO

**21. Marque a alternativa correta:**

- a) a nulidade relativa não precisa ser alegada em momento oportuno;
- b) a nulidade absoluta, não arguida, aproveita à parte, se não causar prejuízo à defesa, e faz coisa julgada, afastável, todavia, por ação própria.
- c) a nulidade absoluta, se não for alegada, deve ser desconsiderada, não podendo ser suscitada até mesmo em grau de recurso, já que não debatida no Juízo a quo;
- d) se a nulidade absoluta não for alegada, aproveita à parte e faz coisa julgada, imutável.

**22. Acerca dos princípios do recurso, considere as seguintes assertivas:**

I – Pelo princípio da fungibilidade dos recursos, no caso de erro da parte (ainda que grosseiro), permite-se a conversão de um recurso em outro, bastando que o prazo para a interposição do recurso correto não esteja precluído;

II – Pelo princípio da singularidade, como regra, não será possível a utilização simultânea de dois recursos contra a mesma decisão; para cada caso haverá um recurso adequado e somente um;

III – Pelo princípio da taxatividade, o rol legal dos recursos é numerus clausus, não se podendo criar recurso por interpretação analógica ou extensiva, nem por norma estadual ou regimental.

- a) todos os itens estão corretos;
- b) apenas o item II está incorreto;
- c) os itens II e III estão corretos;
- d) os itens I e III estão incorretos.

**23. Marque a alternativa incorreta:**

- a) a desistência do recurso não pode ser condicional, tampouco vinculada a determinado termo;
- b) a desistência do recurso pode ser lançada após o seu julgamento, desde que a decisão esteja pendente de publicação;
- c) a desistência do recurso pode ser total ou parcial;
- d) em caso de litisconsórcio unitário, a desistência do recurso somente é eficaz se todos os litisconsortes desistirem.

**24. Assinale a alternativa correta:**

- a) ocorre coisa julgada formal em todas as hipóteses de extinção do processo previstas no art. 267 do CPC, permitindo-se ao autor, sempre, nova propositura da demanda;
- b) ocorre coisa julgada formal em todas as hipóteses de extinção do processo previstas no art.

267 do CPC, salvo se a extinção decorreu de perempção, litispendência ou coisa julgada;

- c) ocorre coisa julgada material em todas as hipóteses de extinção do processo previstas no art. 267 do CPC, não sendo permitido ao autor, em casos tais, nova propositura da demanda;
- d) ocorre coisa julgada material se o autor, ao renovar o pedido, não provar o pagamento das custas e honorários sucumbenciais do processo anteriormente extinto.

**DIREITO PENAL**

**Questão 25 a 32 (8 questões)**

**25. Quais das definições a seguir não pode ser corretamente associada ao erro de tipo:**

- a) denominação “erro de tipo” deve-se ao fato de que o equívoco do agente incide sobre um dado da realidade que se encontra descrito em um tipo penal;
- b) é o erro sobre o elemento constitutivo do tipo legal;
- c) o erro de tipo se apresenta quando o sujeito, diante de uma dada realidade que se lhe apresenta, interpreta mal o dispositivo legal aplicável à espécie e acaba por achar-se no direito de realizar uma conduta que, na verdade, é injusta;
- d) evidencia-se o erro de tipo quando o agente erra (por desconhecimento ou falso conhecimento) sobre os elementos objetivos – sejam eles descritivos ou normativos – do tipo.

**26. Acerca do instituto da prescrição, marque a alternativa incorreta:**

- a) com exceção da causa de interrupção da prescrição relativa ao início ou continuação do cumprimento da pena, todas as demais causas implicam reinício de todo o prazo do dia da interrupção;
- b) havendo continuidade delitiva, o enquadramento nos prazos previstos no art. 109 do Código Penal deve levar em consideração a pena do crime mais gravemente apenado, somada ao patamar decorrente da causa de aumento prevista no art. 71 do Código Penal.
- c) o acórdão condenatório interrompe a prescrição;
- d) o recebimento da denúncia, a pronúncia e a publicação da sentença condenatória recorrível configuram causas de interrupção da prescrição que produzem efeitos relativamente a todos os autores do crime.

**27. Qual dos crimes abaixo pode ser considerado crime antecedente de lavagem de dinheiro:**

- a) quadrilha;
- b) tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual.
- c) roubo qualificado;
- d) descaminho.

**28. Assinale a alternativa correta:**

- a) quem colabora, como informante, com grupo, organização ou associação destinados à prática de tráfico ilícito de entorpecentes, responde, juntamente com os integrantes do bando de traficantes, pelo crime previsto no art. 35 da Lei n.º 11.343/2006 (“associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei”);
- b) de acordo com a Lei n.º 11.343/2006, o acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, poderá ser beneficiado com o perdão judicial, a depender do grau de eficácia da delação;
- c) a pena do crime de tráfico ilícito de entorpecentes (art. 33 da Lei n.º 11.343/2006) é aumentada (causa especial de aumento) se é o professor de educação física quem fornece a droga para seus alunos, desde que se prevaleça de tal condição;
- d) em caso de tráfico ilícito de entorpecentes, a jurisprudência do STF não tem admitido a substituição da pena reclusiva por penas restritivas de direito, por ter considerado constitucional a vedação disposta no art. 44 da Lei n.º 11.343/2006.

**29. Marque a alternativa incorreta:**

- a) ocorre crime impossível por impropriedade absoluta do objeto material quando o agente se vale, por exemplo, de falsificação grosseira;
- b) se a impropriedade do objeto material for apenas relativa, poderá haver crime tentado;
- c) o crime impossível é também chamado de tentativa inidônea, tentativa inadequada ou quase-crime;
- d) crime impossível é aquele que, pela ineficácia total do meio empregado ou pela impropriedade absoluta do objeto material, é impossível de se consumir.

**30. Marque a alternativa incorreta:**

- a) em nenhuma das espécies de tentativa abandonada atuam circunstâncias alheias à vontade do agente, ao contrário, é a própria vontade que evita a consumação;
- b) a desistência voluntária e o arrependimento eficaz são espécies de tentativa abandonada, pois o agente que pretendia produzir o resultado consumativo muda de ideia e impede-o por sua própria vontade;
- c) dá-se o arrependimento eficaz quando o agente interrompe voluntariamente a execução do crime, impedindo, desse modo, a sua consumação;
- d) o arrependimento posterior se dá quando o agente, voluntariamente, repara o dano ou restitui a coisa até o recebimento da denúncia ou queixa.

**31. Analise as seguintes afirmativas acerca do concurso de crimes:**

- I – Dá-se o concurso material homogêneo quando o agente pratica duas ou mais condutas, dolosas ou culposas, omissivas ou comissivas, produzindo dois ou mais resultados, todos idênticos;
  - II – No concurso material heterogêneo, há exceção à regra geral de soma das penas, aplicando-se a pena do crime de resultado mais grave, aumentada de um sexto até metade;
  - III – O concurso material também é conhecido como concurso real de crimes.
- a) apenas os itens I e III estão corretos;
  - b) todos os itens estão incorretos;
  - c) todos os itens estão corretos;
  - d) os itens I e II estão corretos.

**32. Tício, que não é funcionário público e não se submeteu sequer a exame para obtenção de habilitação para dirigir veículo automotor de via terrestre, obteve uma carteira de motorista regularmente impressa pela Casa da Moeda do Brasil, a qual já estava inclusive assinada pelo funcionário do Detran, porém sem a inserção de qualquer outro dado. Utilizando-se de computador e impressora, Tício imprimiu seus dados no documento. Tem-se, então, que Tício cometeu o crime de:**

- a) falsidade ideológica;
- b) falsidade material de atestado ou certidão;
- c) falsidade de documento público;
- d) falsidade de documento particular.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE  
PROCESSO SELETIVO 2011 PARA ESTAGIÁRIO DO CURSO DE DIREITO

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**Questões 33 a 40 (8 questões)**

**33. Marque a alternativa correta:**

- a) A execução provisória de sentença condenatória (com trânsito em julgado apenas para a acusação) compete ao juiz da condenação;
- b) No processo penal, a competência não pode ser definida pelo domicílio do réu;
- c) A Justiça do Trabalho compete processar e julgar crimes praticados em decorrência das relações de trabalho;
- d) Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao juiz da execução penal aplicar a nova lei penal considerada benéfica ao condenado, não importando se a condenação foi estabelecida pelo Juízo de primeiro grau ou por qualquer Tribunal.

**34. Marque a alternativa correta:**

- a) há continência na hipótese de concurso formal de crimes;
- b) há conexão probatória quando vários agentes, em conluio, cometem um mesmo crime;
- c) há continência na hipótese em que Tício mata Caio em virtude deste último ter presenciado roubo perpetrado pelo primeiro;
- d) se, por erro na execução, o agente consuma o delito pretendido e também outro alheio à sua expectativa inicial, haverá hipótese de conexão por concurso.

**35. Se o juiz, após a apresentação da resposta prévia, absolve sumariamente o réu, o recurso cabível para impugnar esta decisão é:**

- a) o recurso em sentido estrito, se o fundamento para o ato foi o reconhecimento da prescrição;
- b) a apelação, qualquer que tenha sido o motivo adotado pelo juiz;
- c) a apelação, se o fundamento para o ato foi o reconhecimento da prescrição;
- d) o recurso em sentido estrito, se o juiz convenceu-se de que o réu não praticou o crime.

**36. Marque a alternativa correta:**

- a) o membro do Ministério Público Federal tem a prerrogativa de optar por elaborar as alegações finais na Procuradoria da República, no prazo de 05 (cinco) dias;
- b) a resposta prévia do réu tem sido considerada peça facultativa;
- c) o membro do Ministério Público Federal goza de prazo em dobro para recorrer;
- d) no Juízo Federal, a defesa pública é obrigatória.

**37. Possuindo provas da materialidade do delito de desacato (delito previsto no art. 331 do CP e punido com pena de detenção de seis meses a dois anos, ou multa) e indícios suficientes de sua autoria, deve o membro do Ministério Público:**

- a) ofertar denúncia, propondo, após o seu recebimento, a suspensão condicional do processo, desde que o réu não esteja sendo processado por outro crime;
- b) requerer o aprazamento de audiência preliminar, quando, se preenchidos os requisitos subjetivos, proporá a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas;
- c) ofertar denúncia, propondo, desde logo, se preenchidos os requisitos subjetivos, a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta;
- d) ofertar denúncia sem proposição de benefícios, já que as penas cominadas no tipo penal não os comportam.

**38. São medidas cautelares diversas da prisão, salvo:**

- a) monitoração eletrônica;
- b) proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante;
- c) prisão domiciliar;
- d) fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial.

**39. Marque a alternativa que não espelha correto pressuposto para a decretação da prisão preventiva:**

- a) o crime envolver violência doméstica e familiar contra idoso, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência;
- b) cometimento de crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos;
- c) já ter sido, o acusado, condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, desde que não tenha havido prazo superior a 5 (cinco) anos entre a data do cumprimento ou da extinção da pena e a data do crime posteriormente cometido;
- d) dúvida sobre a identidade civil da pessoa.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE  
 PROCESSO SELETIVO 2011 PARA ESTAGIÁRIO DO CURSO DE DIREITO

**40. Julgue as seguintes assertivas:**

I – Atualmente, sobretudo após a reforma introduzida pela Lei n.º 11.690/2008, impera o sistema da prova ilícita por derivação;

II – Juntamente com o sistema da prova ilícita por derivação, adotou o legislador o critério da prova separada, segundo o qual a prova ilícita por derivação sempre deve ser expurgada do processo, pois é inadmissível para a formação da convicção do julgador;

III – O critério da prova separada não é absoluto, podendo ser excepcionado quando da ausência de nexos causal entre a prova ilícita e a prova acoimada de derivada da primeira, ou mesmo quando se deduz que a prova questionada como derivada da ilícita seria conseguida de qualquer jeito por fonte independente.

- a) apenas os itens I e III estão corretos;
- b) apenas os itens I e II estão corretos;
- c) todos os itens estão incorretos;
- d) todos os itens estão corretos.

**PROVA SUBJETIVA**

A resposta deverá ser dada na(s) folha(s) de resposta(s) fornecida(s), NÃO HAVENDO LIMITE DE LINHAS. Não será corrigida a folha de rascunho.

**QUESTÃO SUBJETIVA:** Disserte sobre os direitos fundamentais, abordando os seguintes aspectos do tema: conceito, evolução histórica, classificação, titularidade, dimensões subjetiva e objetiva, limites ou restrições, colisões, proporcionalidade.

Calendário 2011

JANUÁRIO						
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

FEVEREIRO						
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28						

MARÇO						
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

ABRIL						
			1	2	3	
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

MAIO						
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

JUNHO						
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

JULHO						
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

AGOSTO						
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

SETEMBRO						
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

OUTUBRO						
				1	2	
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

NOVEMBRO						
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

DEZEMBRO						
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	